



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

EDITAL DE CHAMADA DE ARTIGOS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL N.º 01/2026/RJMPAM

O Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas, torna pública a abertura de chamada para submissão de artigos científicos destinados à publicação na Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas - Eletrônica.

1. OBJETIVO

1.1 A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas - RJMPAM tem como objetivo principal promover a produção científica e acadêmica de alto nível, abrangendo temas de amplo interesse jurídico e sua relação com áreas afins.

1.2 O presente Edital estabelece as diretrizes e prazo para submissão de artigos científicos inéditos para publicação na Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas - Eletrônica, edição v. 20, n.1/2026.

2. DO TEMA E DAS MODALIDADES DE PUBLICAÇÃO

2.1 A edição v. 20, n.1/2026 da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas será composta por:

I - **Seção de fluxo regular/ seção geral**, destinada à publicação de artigos de temática livre, desde que relacionados às áreas de atuação do Ministério Público e às ciências jurídicas;

II - **Fascículo temático/ seção especial**, destinado à publicação de artigos relacionados ao tema: Direitos Humanos.

2.2 O fascículo temático poderá abordar, exemplificativamente:

I - Sistema universal e regional de Direitos Humanos;

II - Eficácia das sentenças e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro;

III - Controle de convencionalidade internacional e interno;

IV - Gênero e Direitos Humanos;

V - Crianças, adolescentes e Direitos Humanos;

VI - Pessoas LGBTQIAPN+ e Direitos humanos;

VII - Pessoas idosas e Direitos Humanos;

VIII - Aplicação da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência;



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

- IX - Grupos vulneráveis, interseccionalidade e Direitos Humanos;
- X - Meio ambiente, mudanças climáticas e refugiados ambientais;
- XI - Trabalho escravo contemporâneo;
- XII - Migração e Direitos Humanos;
- XIII - Direitos econômicos e sociais;
- XIV - Liberdade de expressão, discurso de ódio e Direitos Humanos;
- XV - Combate à corrupção e Direitos Humanos;
- XVI - Combate à tortura e Direitos Humanos;
- XVII - Aplicação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância;
- XVIII - Pessoas privadas de liberdade e jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

2.3 Os autores deverão indicar, no ato da submissão, a seção à qual pretendem submeter seu trabalho.

2.4 A Comissão Editorial poderá, a seu critério, realocar os trabalhos entre as seções, conforme a pertinência temática e o interesse editorial.

3. PÚBLICO-ALVO

3.1 Poderão submeter trabalhos membros e servidores do Ministério Público, profissionais das carreiras jurídicas, docentes e discentes de Direito e áreas afins, assim como demais interessados nas temáticas contempladas na presente chamada pública de artigos, em autoria individual ou em coautoria.

4. DA SUBMISSÃO

4.1 As submissões de trabalhos à Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas devem ser realizadas via *Open Journal System – OJS*, por meio do endereço eletrônico <https://revistajuridica.mpam.mp.br/index.php/rjmpam/index>, não sendo aceitos trabalhos submetidos por outros meios.

4.2 Para submeter artigos à RJMPAM, os interessados deverão acessar a área do usuário e clicar na opção “Fazer nova submissão”. Caso ainda não possuam cadastro, deverão realizá-lo no sítio eletrônico da Revista, por meio do seguinte endereço: <https://revistajuridica.mpam.mp.br/index.php/rjmpam/user/register>.



4.3 Cabe ao autor o preenchimento adequado dos campos para cadastro e submissões no sistema, bem como o acompanhamento do processo editorial em curso.

4.4 A critério da comissão avaliadora, poderão ser aceitos, mediante convite, artigos de autores com reconhecido conhecimento jurídico e proeminência acadêmica.

4.5 Os artigos deverão ser submetidos até o dia **30 de julho de 2026**.

5. DAS CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO E NORMAS DE FORMATAÇÃO

5.1 O artigo deve ser inédito, isto é, não pode ter sido publicado em outro periódico ou veículo, exceto aquele disponibilizado em repositórios de teses e dissertações das universidades de origem.

5.2 Como condição para submissão, os artigos deverão observar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnica - ABNT, ser apresentados em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, em papel tamanho A4, orientação vertical, e atender, obrigatoriamente, aos requisitos a seguir:

I - O artigo deverá ser estruturado na seguinte ordem: título em português e em inglês; resumo e abstract, com até 300 palavras; palavras-chave em português e em inglês, sendo no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco); introdução; desenvolvimento, dividido ou não em tópicos; conclusão; referências; e anexos, se houver.

II - A extensão do artigo deverá ser de, no mínimo, 15 (quinze) e, no máximo, 25 (vinte cinco) laudas.

III - Na formatação do artigo, deverão ser observados os seguintes parâmetros: fonte Times New Roman, tamanho 12; alinhamento justificado, sem separação de sílabas; espaçamento simples; parágrafo de 1,5 cm; margem superior e esquerda de 3 cm; inferior e direita de 2 cm.

IV - O texto não deverá conter qualquer identificação de autoria, de forma a garantir o anonimato necessário à avaliação pelo sistema “*blind peer review*” (revisão duplo-cega).

V - Sempre que disponível, o *link* (URL) ou DOI das referências citadas deve ser informado.

VI - As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto e identificadas por sua palavra designativa (ex: gráfico, tabela, quadro, foto), seguida de numeração progressiva, travessão e título. Imediatamente abaixo da imagem, é obrigatória a indicação da fonte (mesmo que seja do próprio autor), além de legendas ou notas explicativas, se necessário.



5.3 A Revista reserva-se o direito de adequar os originais ao seu projeto gráfico, bem como realizar revisões gramaticais e ajustes nas normas de citação e referências, respeitando o conteúdo técnico do trabalho.

5.4 O artigo deve ser escrito exclusivamente por autor(es) humano(s). Em caso de uso de inteligência artificial na produção do texto, o(s) autor(es) deve(m) indicar com transparência o modo como foi empregada.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS AUTORES

6.1 Os dados dos autores deverão ser informados no campo “Resumo da Biografia”, disponível na área “Lista de Coautores”, da seção “Inserir metadados” da plataforma da revista, devendo conter nome completo, titulação acadêmica, órgão/instituição de vinculação, cargo e e-mail de contato, observadas as normas para publicação e os parâmetros de editoração.

6.2 Em casos em que o trabalho tenha sido escrito por mais de um autor, entende-se que a ordenação dos nomes dos autores esteja de acordo com a contribuição de cada um.

6.3 Além do preenchimento das informações na plataforma da revista, os autores deverão encaminhar os respectivos dados informados no “Resumo da Biografia” para o e-mail revistajuridica@mpam.mp.br. O e-mail deverá ser encaminhado com o assunto: “Dados dos Autores – Título do Artigo correspondente”.

6.4 Não será aceita a inclusão de autores após a submissão do artigo, sendo importante que os autores confirmem e preencham corretamente os metadados da submissão no momento do envio do artigo à RJMPAM.

7. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

7.1 Os artigos passarão por verificação preliminar, oportunidade em que serão verificados aspectos meramente formais, tais como compatibilidade de conteúdo com a linha editorial da Revista, ausência de identificação de autoria, formatação textual e elementos metodológicos.

7.2 Preenchidos os requisitos preliminares, o artigo será submetido a avaliação qualitativa do Conselho Editorial e/ou por revisores ad hoc.

7.3 O processo de avaliação a que se refere o item 7.2 ocorre por meio do método duplo-cego, no qual o artigo é analisado por, no mínimo, dois pareceristas que desconhecem a autoria do trabalho.

7.4 Em caso de pareceres divergentes, o artigo será submetido à análise de um terceiro parecerista.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

7.5 A análise qualitativa avaliará: o mérito científico; adequação aos requisitos da ABNT; adequação as normas estabelecidas pela RJMPAM, sendo tais adequações de inteira responsabilidade dos autores dos artigos.

8. DIREITOS AUTORAIS

8.1 O envio de originais à revista implica autorização do(s) autor(es) para sua publicação, sem pagamento de direitos autorais e/ou de publicação.

9. ÉTICA E RESPONSABILIDADE

9.1 Os autores são responsáveis pelo conteúdo dos trabalhos.

9.2 Será realizada verificação de originalidade, podendo ser utilizados softwares de detecção de plágio.

9.3 A constatação de plágio, a qualquer tempo, implicará rejeição imediata do trabalho.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas.

10.2 Dúvidas poderão ser encaminhadas para: revistajuridica@mpam.mp.br.

AURELY FREITAS GERMANO PENHA
Promotora de Justiça do MPAM
Presidente do Conselho Editorial da RJMPAM